

OS MILITARES DE ESQUERDA COMO MONSTROS POLÍTICOS: A PARTIR DA RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA DE 35

RONALDO QUEIROZ DE MORAIS*

Resumo

A presente escritura tem por objetivo esboçar algumas questões, centradas no processo militar de monstrualização da esquerda política a partir da ressignificação da memória de 35. Com efeito, pretendemos historiar o papel estratégico da banalização dos comunistas, ou seja, a sua efetiva transformação em monstro político – em suma, a história da sujeição do corpo “anormal”, a fim de fomentar a coesão total no interior da caserna.

Palavras-chave: Militares. Esquerda. Memória.

Abstract

The present writing has the aim to outline some questions, centered in the military monsterization process of the left politics starting at the re-signification of the 35 memory. As a matter of fact we intend to historize the strategical role of the process of turning common the communists, that is, their effective transformation into politic monsters – in short, the history of the acceptance of the “abnormal” body, in order to stimulate the total cohesion in the barracks interior.

Keywords: Military. Left. Memory

“(…) Creio que a reativação desses temas [monstrualização] e o novo desenho da selvageria bestial estão ligados à reorganização do poder político, a suas novas regras de exercício.”

Michel Foucault

“Representar uma cultura prévia como monstruosa justifica seu deslocamento ou extermínio, fazendo com que o ato de extermínio apareça como heróico”.

Jeffrey Jerome Cohen

“Criou-se o estereótipo de que contra comunistas, e no conceito eram abrangidos todos os que defendiam interesses nacionais e os princípios democráticos, tudo era válido: tratava-se não de gente, de criaturas humanas, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos”.

Nelson Werneck Sodré

A presente escrita pretende discorrer, ainda que de forma preliminar, sobre a História Política dos Militares do Exército brasileiro e sua relação com o pensamento e as práticas políticas de esquerda. Esboçamos a presença de militares de esquerda mais do que uma esquerda militar, pois a instituição militar carrega, em seu processo de modernização, um élan significativamente conservador – ideologicamente mais próximo de Hobbes do que de Marx (Huntington, 1996). Desse modo, é a visão essencial

* Ronaldo Queiroz de Moraes, Doutorando em História Social (USP) e Professor de História da Faculdade Cenecista de Osório (FACOS-RS) e do Colégio Militar (POA-RS).

almente negativa do homem que mobiliza as forças militares. Assim sendo, não foi difícil para a chefia militar produzir ilações que, por meio da metáfora monstro, banalizavam a presença do militar de esquerda no interior da caserna e a esquerda como um todo; e são os efeitos estratégicos dessa banalização que pretendemos historiar.

A presença de militares de esquerda no Brasil fica bem nítida com a primeira tentativa de Revolução Comunista em 1935 e, fundamentalmente, foi esse evento que serviu ao longo da História do medo comunista, como experiência real de luta contra a “exótica” ideologia marxista.

Por certo, o movimento armado que envolveu, em novembro, as cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro foi, peremptoriamente, uma sedição militar – uma reprodução da cultura revolucionária tenentista, ou seja, a idéia força de que os militares teriam como função a ação política modernizadora – uma vanguarda capaz de transformar o país. O que não era, em absoluto, uma idéia exclusiva dos militares de esquerda. Em outras palavras, a história republicana brasileira foi marcada, por um bom tempo, pela ideologia da ação político-militar como condição *sine qua non* para a efetiva modernização do país – tanto a Direita como a Esquerda esperavam pela solução militar.

O que interessa expor, não é o evento de 35 em si, mas a utilização desse evento como matriz ideológica presente nas práticas político-militares. No limite, o relevante são as relações de poder em contexto de invenção do Exército como força coercitiva nacional e de modernização do Brasil a partir dos anos 30. Um dos mais importantes pesquisadores sobre o Exército brasileiro – Celso Castro (2002) – já apontou a Intentona Comunista de 35 como um elemento importante na invenção do moderno Exército brasileiro. Em face disso, partindo desse “evento” importante, pretendemos abordar a ressignificação da sublevação comunista como estratégia militar ideológica na busca da coesão total no interior da caserna – a problematização se concentrará na transformação da esquerda em “monstro político”,

tendo como fontes os discursos dos Chefes Militares¹ diante da rememoração do evento.

O conceito de “monstro político” foi recolhido da obra “Os Anormais” de Michel Foucault (2001). Nesse texto podemos perceber as estratégias modernas de sujeição política no interior do discurso e das relações de poder, a fim de banalizar o “outro” e transformá-lo em monstro-político. Estratégia corrente na luta da burguesia contra o poder do rei, pois de acordo com Foucault (2001): “o primeiro monstro-político foi o corpo do rei”.

Realmente, quando nos deparamos com os documentos do Exército referentes aos comunistas e a esquerda em geral percebemos que os militares apresentavam aqueles corpos como verdadeiras bestas – seres monstruosos que pretendiam solapar o mundo burguês-cristão. A partir daí começamos a impor uma leitura dos monstros como categoria político-cultural. Em outros termos, a monstrualização do “outro” não se trata apenas de uma pura e simples banalização, mas carrega em si uma estratégia de exclusão política, justificada amiúde pelo uso da violência – pois contra os monstros tudo é possível.

E é a partir dessas questões e da leitura da historiografia e dos documentos do Exército que pretendemos exercer nosso ofício, naquilo que Jacques Le Goff (1996) coloca como tarefa do historiador, o de transformar o documento em monumento, ou seja, no documento encontra-se um monumento erguido como prática de poder. Destarte, convém ao historiador, da fragilidade e do silêncio do documento, representar, na forma de texto, o estrondo do monumento como real social vivido, para assim poder compreender a estratégia política de sua elaboração e de sua conservação institucional.

¹ Estas fontes encontram-se no livro “Lembraí-vos de 35!” escrito pelo General Ferdinando de Carvalho e publicado pela Biblioteca do Exército em 1981.

O militar comunista como monstro político

Num sentido lato, podemos apresentar um recorte teórico interessante. A propósito, Michel Foucault (2001) percebe, em seu trabalho de historiador, que referente aos séculos nos quais os burgueses assumem posições privilegiadas de poder – Revoluções Burguesas – há a transformação, primeiramente, do rei em monstro político e depois dos trabalhadores em monstro popular. Não convém discorrer sobre seus exemplos documentais e argumentos teóricos (que são muitos), mas o que chama a atenção é a estratégia política burguesa que modernamente transforma tudo que ameaça a ordem estabelecida em “monstro”. De todos os monstros modernos o “monstro político” é o mais perigoso, assim o soberano despótico e o povo revoltado são as duas figuras anormais – monstruosas – o rei porque está acima das leis e o povo porque vive abaixo delas. Efetivamente, o criminoso monstruoso é aquele que rompe o pacto social e ameaça a ordem (Foucault, 2001), enfim, aquele que visa quebrar a lei.

Em suma, o primeiro monstro político significativo no Exército foi o monstro militar de esquerda, aquele que através de “Intentona Comunista de 35”, ou melhor, de um intento louco – um motim militar – ameaçou a ordem na caserna investindo contra a hierarquia e a disciplina. Não foi o primeiro caso na instituição; no entanto o evento foi elaborado ideologicamente a fim de produzir na tropa um sentido monstruoso. Dessa forma, a traição aos irmãos de arma, o ataque na escuridão da noite, a perfídia da ação foram práticas acentuadas nos discursos militares – elementos importantes para a construção do monstro militar de esquerda. Naturalmente, a camaradagem é inalienável ao militar, portanto a quebra desse valor representa um ato torpe, infame e obscuro, em outras palavras, só um monstro seria capaz de cometer tal quebra.

Em termos de ação político-administrativa, o Exército só começou a se formar como aparato coercitivo nacional a partir dos

anos 30, mais precisamente após 1937, com a política varguista sob o comando dos generais Góes Monteiro e Dutra (Filho, 2003). É quando, de acordo com Werneck Sodré (1979): “se abre a Fase Nacional, isto é, quando o país começa a se definir em termos de nação e começa a criar as condições para o aparecimento das Forças Armadas inequivocadamente nacionais”. O que possibilitou uma maior centralização político-administrativa nacional, modernizando, assim, o país e transformando o Exército num aparato capaz de manter-se como instituição que assegurava, com sucesso, o monopólio da violência como prerrogativa de uso do Estado nacional – expressão weberiana que traduz a estrutura burocrática moderna.

Por certo, na época do levante armado de 35 o Exército ainda não possuía, em termos ideológicos, disciplina necessária para erigir uma “sociedade disciplinar” – o que começa a se esboçar com Vargas no Estado Novo. É o que podemos encontrar no prefácio da obra “Lembra-vos de 35!” escrito pelo General Campos de Aragão, pois além dos fatores internacionais e da conjuntura revolucionária dos anos 20 e início de anos 30 no Brasil, o evento também se deu pela: “(...) inexistência, na época, de uma infra-estrutura adequada, voltada para o segurança nacional”. Ou seja, a ausência de uma instituição disciplinar efetiva criou as condições para a sublevação de 35.

Malgrado a tentativa revolucionária dos militares de esquerda, duas linhas ideológicas conservadoras assumem a hegemonia da instituição: a da defesa da profissionalização dos militares e a da ação anticomunista autoritária. E são essas matrizes ideológicas que irão, ao longo da história da formação do Exército brasileiro, conduzir o processo de construção da identidade militar e da própria instituição.

Com efeito, é impossível dividir essas matrizes em grupos de luta interna por posições privilegiadas de poder na caserna, na medida em que no grupo conservador, que era hegemônico, adeptos do que Huntington (1996) define como “realismo militar”, encontramos militares que defen-

diam a profissionalização com maior intensidade e eram ao mesmo tempo anticomunistas; como também encontramos o inverso.

É importante sublinhar que a formação da instituição militar moderna, em contexto de aburguesamento do social, tem como resultado a criação de um espaço conservador por excelência. Logo, os oficiais militares tendem a uma melhor identificação com as idéias conservadoras burguesas do que com o pensamento revolucionário marxista. O militar é sempre conservador na estratégia (política) e liberal na tática (técnica). Diante disso, projetos políticos grandiosos e metas políticas carregadas de otimismo e exagero são desde logo evitadas, pois são por demais arriscadas para um conservador, porque não são práticas (Huntington, 1996).

O evento militar de 1935 foi, sem dúvida, a matriz ideológica do anticomunismo brasileiro; os militares conservadores transformaram o evento em monumento. Efetivamente, os textos que relembram este momento histórico não são simples documentos que traduzem a ojeriza militar aos comunistas, mas representam monumentos de ação político-militar que possibilitaram erigir práticas políticas que sustentaram as transformações no interior da instituição. Esses documentos apresentam-se como estratégias de controle político na forma de verdadeiros panótipos modernos que enquadram a todos, de tal forma que deles não escapava ninguém.

Em 1938, o Major Afonso de Carvalho descreve o comunismo como o inimigo invisível – é a ubiqüidade do monstro comunista – ele pode ocupar qualquer espaço, na maioria das vezes não se apresenta abertamente. Destarte em seu discurso ele diz: “meus camaradas! Longe vai o tempo em que mais simples, muito mais simples, se tornava a missão do soldado. Sabia-se, pelo menos, onde estava o inimigo. Era partir para frente e aí esperar que o mais forte impusesse a sua vontade. (...) Hoje, mais difícil se tornou a missão do militar. O ini-

migo está em toda a parte (...) ²”. E essa ubiqüidade é o que vai alimentar o combate ao comunismo e, fundamentalmente, criar um mote disciplinar anticomunista na caserna – conduzindo a modernização militar sob a égide do profissionalismo que, amiúde se confundia com a ojeriza ao monstro político comunista, em outras palavras, ser profissional é ser anticomunista.

Tal relação estrategicamente posta facilitou o isolamento dos corpos desviantes no interior da caserna.

De acordo com este major³, o inimigo e seus asseclas dividem-se em três grandes classes:

a) os conscientes: são os envenenados – vencidos pela ideologia, os que passam a constituir a legião sombria dos voluptuosos da morte e da destruição;

b) os inconscientes: são os que fazem, sem querer, o jogo dos comunistas e por meio do livro, da tribuna, da revista, do jornal e os que na vida cotidiana se solidarizam com os que fazem ações comunistas;

c) os subconscientes: são os que têm, lá no fundo do coração e do espírito, idéias comunistas, ainda disfarçadas ou em embrião. Mas que afloram indiscretamente em seus trabalhos, publicações de leitura e opiniões.

A estrutura panótica, posta no texto acima, assegura a presença universal do comunismo no corpo social. O comunista é, efetivamente, o monstro sem Pátria, elemento sobre o qual tudo é possível e tudo é permitido. Enfim, independentemente da classe que ocupam, são todos apresentados como monstros políticos – que temos que evitar e combater. Por essa forma, consoante o Major Afonso de Carvalho, independentemente das classes de consciência comunista, todos eles apresentam-se como traidores da Pátria, sendo assim nenhum vínculo com eles é possível – são monstros políticos, corpos que devem ser sujeitados – o

² In: CARVALHO, General Fernando de. *Lembraí-vos de 35!* Biblioteca do Exército, 1981, pp. 180-183.

³ Idem p.181

que justifica: “todas as medidas de prevenção e toda a brutalidade da repressão⁴”.

O perigo da esquerda revolucionária passa a ser o principal problema político nacional. Apresenta-se como uma força subreptícia sobre a qual toda a vigilância é necessária, pois subverte a ordem cultural Ocidental moderna. Em face disso, podemos perceber o espectro do comunismo descrito pelo Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, em 1937, como o maior dos perigos que ameaça a nação brasileira e a instituição militar. Dado que o comunismo é o monstro político temível por ser organizado e pertinaz, e nefasto por subverter toda a estrutura normativa construída em séculos de civilização, assim é: “(...) o mais digno de repulsa porque atinge os sagrados e invulneráveis dogmas da moral em que erigimos nossos santuários domésticos⁵”.

O militar de esquerda era a expressão material comunista, na medida em que o sucesso da revolução passava pela sublevação na caserna. Logo, a ressignificação do evento de 35 tinha como mote a criação do militar incompatibilizado com a ideologia marxista. Tal corpo político se apresenta como antimilitar, um corpo estranho que degenera a instituição. Nesse sentido, a vigilância é fundamental, pois as táticas exercidas por esses corpos são monstruosas. Assim, novamente, de acordo com o Ministro da Guerra:

“(...) É preciso não esquecer. Aqueles que um dia traíram a confiança de seus chefes e companheiros, voltarão amanhã a ferirlos pelas costas, com maior perfídia e mais requintada indignidade”. (...) cumpre ao Exército não se deixar colher de surpresa. É preciso fazer sentir que (...) o comunismo, sob qualquer aspecto ou modalidade, é incompatível com a condição militar, e aquele que a pratica ou dele se mostra adepto, oficial ou soldado, enxovalha a farda que veste, é indigno de ostentar o uniforme e conduzir as armas que a Nação lhe confiou (...) ⁶”.

⁴ Idem. pp. 182

⁵ Idem pp. 161-162.

⁶ Idem p.164.

Novamente, em 1939 o discurso do General Dutra corrobora o caráter identitário anticomunista forjado pelos militares conservadores – caráter esse que conduziu a modernização da instituição. O discurso enfatiza a defesa da Pátria e da família, pois o monstro comunista ameaça a ordem social e a moral cristã da família burguesa. Assim diz o General: “(...) continuemos vigilantes, jamais cometendo o erro de desprezar a força do inimigo, por mais fraco que possa parecer, e sempre atento na defesa do patrimônio moral da família brasileira e da integridade da Pátria (...) ⁷”. Decisivamente, o comunismo é apresentado como um abjeto⁸ – aquele ser monstruoso que rompe o pacto social burguês e nos devolve ao estado de natureza hobbesiano. Góes Monteiro os apresenta como monstros que resgatam atavismos primitivos com cores modernas. Posto que de acordo com ele: “(...) Esses monstros realizam a sobrevivência de enterrados atavismos, apetrechados de todas as conquistas do progresso⁹”. Efetivamente, esses monstros – abjetos que corrompem a ordem moderna e inviabilizam o progresso – são os elementos que devem ser aliados do interior da caserna e do corpo social, pois ameaçam impor o caos – destarte, só um estado hobbesiano (forte) moderno poderia se contrapor a esta ameaça.

Em suma, os discursos posteriores a 35, independentemente do esmagamento político do comunismo no Estado Novo e, mesmo, durante o Regime Militar, ainda reforçavam o perigo e a ubiquidade da presença comunista. O anticomunismo foi, decisivamente, a ideologia disciplinadora da

⁷ Idem p.195.

⁸ O abjeto, conceito elaborado por Julia Kristeva, é tudo o que ameaça a norma e a ordem ideológica moderna, enfim o conforto da sensação de identidade (Silva, p.13). É aquilo que sai do corpo provocando atração e repulsão – no caso específico da instituição militar, pensamos a caserna como um corpo orgânico e os militares de esquerda como um abjeto, uma secreção rejeitada com repulsão, que sai do próprio corpo militar ou da sociedade política. Daí a necessidade de expelir esse abjeto como corpo físico e como documento. Ou seja, o militar conservador encontra conforto identitário quando se expeli completamente esse abjeto do corpo.

⁹ In: CARVALHO, General Fernando de. **Lembra-vos de 35!** Biblioteca do Exército, 1981, p 200.

ordem republicana moderna. E as Forças Armadas, muito mais de que inventar esta ordem refletiam o medo das elites brasileiras do “monstro popular” como empecilho da modernidade capitalista. Em face disso, a ressignificação do evento, marcando a metamorfose do monstro político, traduz a representação de 35 como estratégia política que gera práticas disciplinares que bastam por si mesmas. Eis, novamente, as palavras do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra:

“Malgrado o primeiro ímpeto, o inimigo da ordem não esmorece, não desanima, não dorme. Apenas muda de tática. Disfarça-se, finge-se debilitado, esconde melhor as energias que se articulam. Infiltra-se em todas as fileiras, procura instalar-se ao nosso lado, simula comungar em nossos ideais, empenha-se em conquistar nossa simpatia e nossa confiança¹⁰”.

No limite, o comunismo era o abjeto que desestabilizava a identidade moderna – a ordem burguesa – pois, nega a única norma possível. Naturalmente, a utopia materialista marxista punha em cheque o “eu” moderno, do “livre mercado” e da “livre fé”. É o que encontramos no pronunciamento do General Salvador César Obino: “sem os freios que só um elevado idealismo pode criar e manter, os homens, como as nações, tendem para a violência sistematizada; é o predomínio da lei da selva. Extirpar do homem a força criadora da fé é reduzi-lo a simples condição de animalidade¹¹”. Tal pronunciamento adquire maior compreensibilidade teórica a partir da tese de Samuel Huntington (1996), de que as instituições militares são conservadoras em sua essência, o que aproxima os militares de Hobbes, da guerra de todos contra todos e da negatividade da natureza humana – o homem é o lobo do homem. O comunismo nos conduziria à condição de lobos. De fato, o medo moderno do estado de na-

tureza hobbesiano tem o mesmo efeito do medo dos militares conservadores do comunismo.

O realismo conservador e a memória de 35

O “realismo conservador” militar consiste: a) numa visão positivamente pessimista do homem, para o militar a liberdade humana alijada dos meios de coerção estatal não passa de utopia; b) na segurança militar do Estado, pois é a instituição militar forte que garante o equilíbrio político; c) no primado do Estado-Nação, verdadeira base identitária moderna; d) na premência de segurança, na mediada em que para os militares nada é seguro; e) fundamentalmente, na expansão e fortalecimento do aparato coercitivo (Huntington, 1996).

Esse “realismo conservador” é o que assegura ao corpo militar a hegemonia necessária no combate ao pensamento militar desviante. Logo, é fundamental perceber os discursos militares referentes à memória de 35 como monumentos ideológicos que corroboraram práticas normativas de exclusão de todo corpo militar de esquerda.

Certamente, esse corpo anormal é o abjeto que ameaça a própria harmonia da instituição. Assim, a fim de que possamos mensurar o valor estratégico desses discursos para a formação identitária do militar moderno temos que compreender essa sujeição política.

Além disso, a própria dinâmica da modernização capitalista na caserna intensifica a formação de uma sociedade disciplinar; a ordem da guerra moderna faz do militar, um técnico na administração da violência e um defensor do Estado como fonte da vida burocrática, o que produz uma visão da política como mecanismo para manter, ao invés de transformar a ordem.

Dessa forma, travou-se no interior da caserna uma guerra, a fim de alijar o abjeto militar comunista, tendo como corpo político o realismo conservador. Em poucas palavras, uma guerra ideológica de coloração quase que religiosa: era a civilização cristã

¹⁰ Idem pp.221-222.

¹¹ Idem p. 230.

Ocidental versus o ateísmo da civilização marxista. Os militares e o país só tinham uma saída, refutar o exotismo ideológico esquerdista assumindo uma posição integrada ao modelo americano que, em tempos de Guerra Fria, se apresentava como o único paradigma possível.

De fato, entre 1945-1964, a tensão no interior das Forças Armadas, principalmente no Exército, transformava a instituição num espaço político que partidarizava o quadro de oficiais e praças, dividindo-os, impossibilitando, dessa forma, qualquer ação hegemônica dos militares enquanto instituição. Destarte, o alijamento dos militares de esquerda para a unidade ideológica se tornou imperativo como estratégia de modernização da instituição – o que dificultava qualquer posição mais à esquerda no interior da caserna e, também, corroborava a hegemonia do realismo conservador que apartava, muitas vezes brutalmente, os corpos “anormais” do interior da caserna. Naquele contexto era abjeto comunista todo corpo contrário à ideologia dominante.

É importante sublinhar que a caserna é um espaço eminentemente conservador, não por natureza, mas por contingência do aburguesamento do social. Ou seja, o processo civilizador moderno conduz o aparato militar ao “realismo conservador”. Em face disso, o contexto político-militar do pós-guerra, em tensa Guerra Fria, marca uma acentuada resistência conservadora a qualquer idéia política que se aproximasse do proletariado. O comunismo era o fantasma que horrorizava a caserna. A Revolução Comunista de 1935, assim denominada nos documentos oficiais do Exército (Boletim do Exército) nos anos 50, era a materialização do perigo vermelho. Os combatentes que sufocaram a sublevação receberam honras militares e foram promovidos a um posto acima (lei nº 1267 de 09.12.1950 – Governo Dutra).

Nesse sentido, a história da transformação da esquerda em monstro político caminha par a par com a modernização da instituição militar, tendo como estratégia o combate ao inimigo interno. O primeiro

monstro político foi o monstro militar de esquerda e a representação monstruosa daqueles corpos é o que qualificou a ação de guerra no interior dos quartéis. Consoante Shawn C. Smallman (2004): “no pós-guerra, a profissionalização militar foi acompanhada pelo uso ampliado da violência.” De tal forma que a estrutura montada para repressão aos civis nos governos militares – antes, num ensaio geral – foi utilizada para eliminar os oficiais e praças dissidentes. Assim, a evolução da profissionalização militar teve como corolário a impossibilidade do dissenso, o que passou a ser inaceitável.

A vitória da chapa da Cruzada Democrática em 1952, nas eleições do Clube Militar, foi um elemento importante da ofensiva conservadora, proporcionando relações de poder extremamente assimétricas no interior da caserna – foi o indicativo de que, consoante Werneck Sodré, a “máquina de dar ordens” estava de posse dos militares conservadores. Dessa forma, as pressões exercidas sobre os militares de esquerda foram intensas. Era muito comum, a visita amistosa e a tentativa de persuasão tendo como tática a interven o nas promo es militares (Sodré, 1987).

Contudo, o mais grave foram as prisões dos militares dissidentes, estes foram confinados em espaços totalmente insalubres – pan tipos que representam espaços mais para a sevicia do corpo do que espaços de vigilância e de disciplina. Tudo de acordo com a transforma o do militar de esquerda num “monstro político”; segundo Werneck Sodré (1979): “(...) tratava-se não de gente, de criaturas humanas, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos”. Por certo, as condi es insalubres e as sevicias não foram casos raros, amiúde denunciados na época pelos familiares desses militares ao Parlamento e à imprensa (Sodré, 1967).

O depoimento da esposa do major Leandro José de Figueiredo Junior, apontado por Werneck Sodré (1987), nos   esclarecedor:

“Fui ao regimento e lá constatei que, de fato, meu marido se encontrava incomunicável e não só isso como em condições indignas e incompatíveis com o oficialato, além de desumanas. Era um quarto trancado e cadeado, com as janelas fechadas a prego, onde não entrava ar, a não ser pela bandeira da porta que dá para um corredor interno, onde não entrava sol de espécie alguma”.

Os demais militares dissidentes, não submetidos às prisões (envolvidos em IPMs), foram jogados em guarnições distantes e extremamente vigiados, também, aliados das posições privilegiadas de comando e do centro da política nacional (Sodré, 1987).

O memorial dos coronéis, assinado em fevereiro de 1954, por oitenta e dois coronéis e tenentes coronéis, é um documento crítico significativo dos militares conservadores para com o governo Vargas. Vinha após o esmagamento da corrente nacionalista militar, das prisões, dos processos e das transferências arbitrárias (Sodré, 1987). *Num sentido lato*, o memorial se estabelecia no plano do “realismo conservador” militar, exigindo maior participação orçamentária para o Exército, apontando o iminente perigo político – ameaça interna – para com o Estado (Esteves, 1999). Consoante João Roberto Martins Filho (2003), o memorial tinha como tema central “a necessidade de reforçar a coesão militar” diante do iminente perigo comunista, como também, refletia a posição política dos oficiais superiores de tom conservador.

A preocupação militar para com o perigo vermelho transpõe os muros da caserna, passa, também, para o espaço econômico. O desenvolvimento da economia afastanos da Revolução Comunista. O Plano Marshall era o exemplo contundente, pois, para os militares, malogrou o comunismo na Europa Ocidental. Diante disso, a economia passava a ser a estratégia de combate ao comunismo. É o que fica mais transparente em 1959, com o discurso do General Armando de Noronha, quando ele reafirma a ojeriza ao abjeto comunista e traz um ele-

mento importante para afastar o perigo vermelho: o desenvolvimento econômico. Dessa forma, afirma ele: “O verdadeiro combate ao comunismo, (...) deverá ser travado no campo econômico. (...) Urge opor à ideologia comunista (...) outra ideologia, a do desenvolvimento econômico, que produz a riqueza e fará secar o caldo de cultura dessa doutrina exótica e malsã¹².”.

Em 1960, o discurso proferido pelo Ministro da Guerra, marca uma nova estratégia de elaboração do monstro político de esquerda, não mais o militar traidor, que investe contra os companheiros de farda pelas costas, na escuridão da noite. Efetivamente, não é mais o guerreiro monstruoso comunista, pois a dissuasão atômica impede a força das armas, agora é no domínio psicológico que se volta o monstro comunista. Assim diz o Marechal Odylio Denys: “(...) Nos dias atuais, quando 25 anos já nos separaram do sombrio episódio (...) apresentam-se eles com outras roupagens e insidiosas fórmulas, na presunção de empolgar as novas gerações. As ações preliminares desenvolvem-se, agora, no domínio psicológico, e a conquista da mente humana é a sua primeira preocupação¹³.”.

A memória de 35 foi amiúde ressignificada como estratégia político-militar; os discursos dos chefes militares diante dos túmulos dos militares mortos na Intentona Comunista procuravam contextualizar aquele evento, na luta cotidiana de tom realista e conservador. No ano de 1961 tivemos a chamada “Campanha da Legalidade” pela posse do vice-presidente João Goulart o que resultou numa divisão no Exército; o pronunciamento do Ministro da Guerra reforça a necessidade de união no combate ao inimigo comum, inimigo esse, responsável pela desagregação da força. É o que podemos perceber a partir das seguintes palavras do General João Segadas Vianna: “O inimigo, que em 1935 ameaçou a Pátria, permanece atuante, usando novas técnicas de desagregação e se apresentando sob as mais

¹² Idem p.345.

¹³ Idem p. 348.

insidiosas e traiçoeiras facetas. (...) Confio em que o Exército verá unidas suas aspirações e abafadas as rivalidades porventura existentes, ante uma idéia que é a dos supremos interesses da Pátria contra o inimigo comum¹⁴ (...).”

Por essa forma, os anos 60 marcam a redução universal de todo o corpo desviante à condição de abjeto comunista. A estratégia ideológica militar conservadora foi vitoriosa ao transformar em monstro político, primeiramente os militares de esquerda e em seguida a esquerda e qualquer tipo de oposição.

1964 e a transhistoricidade do monstro

O “realismo conservador” militar assume posição privilegiada de poder, em termos absolutos, a partir da ação político-militar que depôs o presidente João Goulart (governo que concentrou em si o apoio da esquerda nacional). Os militares conservadores conseguiram empolgar o poder como força coesa. Em grande medida, pelo medo dos monstros políticos de esquerda e pelas ações populistas de quebra da hierarquia militar – o que, sem dúvida, acelerou o sucesso de tal coesão. Como resultado, em 1964, o pronunciamento militar em memória a 35 foi escrito em texto único pelos Ministros Militares. O texto vincula o contexto de 64 com o de 35 – o que vai representar uma constante no Regime Militar. Assim, dizem os chefes militares:

“Derrotados pela repulsa nacional às suas idéias, sofreu o seu partido forte declínio. Mudou, então, a tática: infiltração progressiva em postos-chaves, através de uma paciente doutrinação e da corrupção. Desta forma, lograram os vermelhos alcançar, em 1963 e início de 1964, uma situação de grande influência, que lhes deu a ilusão de ter o poder em suas mãos. Foram, entretanto, derrotados pelas forças vivas da Pátria. Mas, sua atividade subversiva não cessou: agora, se reveste da forma de guer-

ra psicológica, que visa a desmoralizar a obra restauradora de 31 de março (...)”¹⁵.

Do texto citado acima temos um elemento novo, agora explicitado abertamente, a chamada “Guerra Psicológica” – expressão da Guerra Revolucionária – que consiste na ação direta ou indireta dos comunistas a fim de minar a nova ordem político-militar a partir da utilização das tecnologias modernas de comunicação e assim deturpar a informação e a cultura ocidental cristã. Essa ação sub-reptícia transforma a todos em suspeitos em potencial – ou seja, todos podem ser potencialmente monstros políticos – abjetos comunistas. É o que dava coesão ao corpo militar e sustentava a política de vigilância total. Os órgãos de vigilância criados nos primeiros anos do Regime Militar vinham a atender tal objetivo.

Os laços mantidos entre o evento de 35 e de 64 se situam como estratégia militar no sentido de formular uma tradição de repulsa ao comunismo, ao mesmo tempo em que se justifica a presença do poder político-militar como único poder capaz de refutar a ameaça comunista. Desse modo, pode-se dizer que o elemento modernizador do Exército foi, em larga medida, bem mais ideológico do que material (meios de combate), assim, foi com o controle do Estado, que os militares efetivaram a modernização com a dotação de material bélico e doutrinação instrumental, mas antes disso o elemento centralizador de coesão foi, indubitavelmente, o anticomunismo. Assim, no discurso do Ministro da Guerra podemos perceber a ponte entre os eventos e a necessidade das Forças Armadas para garantir o desenvolvimento e a segurança – o binômio fundamental da nova ordem. Eis as palavras do Ministro general Arthur Costa e Silva em 1965: “(...) não é em vão, porém, que o nosso povo confia nas Forças Armadas. Elas estavam presentes em 1964

¹⁴ Idem p.360.

¹⁵ Vice-Almirante Ernesto de Melo Baptista, Ministro da Marinha; General Arthur da Costa e Silva, Ministro da Guerra; Major-Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Ministro da Aeronáutica: Idem p. 379.

e em 1935; presentes continuarão elas, sempre, na preservação da democracia, da paz e da tranquilidade de que necessitamos para trabalhar e progredir¹⁶”.

Enfim, a transhistoricidade do evento comunista de 35 é o que garante ideologicamente a coesão total pos-64. Destarte, cabe aos militares garantirem a ordem, compreendendo os mecanismos de ação comunista hodierna. Nesse sentido, o discurso do Ministro da Guerra Marechal Ademar de Queiroz, em 1966, acentua a Guerra Psicológica como expressão comunista de luta e pontua a vigilância como missão militar a fim de sustentar a ordem política. Posto que de acordo com ele: “os comunistas e os inimigos do país deram início a uma nova modalidade de Guerra Revolucionária, que visa à desmoralização da obra restauradora de 31 de Março e a criação de um clima de hostilidade entre o Governo e a Opinião Pública – é a Guerra Psicológica¹⁷ (...)”.

Certamente, o discurso político-militar em termos exclusivamente militares é inerente ao militar. Mas não é tudo. É preciso compreender os efeitos e as práticas discursivas naquele contexto. Dessa forma, a contextualização por meio da resignificação da Intentona Comunista de 35 proporciona, aos militares no poder, forjar o clima anticomunista que reduzia toda e qualquer oposição à ação belicosa de outra ordem: Guerra Psicológica. Dessa forma, de acordo com General Lyra Tavares: “é preciso que não seja novamente a Nação surpreendida, pois as técnicas do adversário se aperfeiçoaram e ele procura disfarçar, sem abandoná-los, nem esmorecê-los, os mesmos reais e sinistros propósitos a que obedeceu a insurreição comunista de novembro de 1935¹⁸”.

Nos dois anos seguintes – 1966 e 1967 – a preocupação com a Guerra Psicológica foi constante, sendo acentuada a crescente crítica ao governo militar como tática de guerra subversiva, pois a desmoralização é

uma forma de enfraquecer o adversário, sendo assim deve-se concentrar a vigilância principalmente com relação à infiltração nas Forças Armadas – ponto sensível para a defesa nacional. Consoante o General Orlando Geisel foi: “(...) substituída a estratégia da violência pela guerra psicológica, pretende-se agora tomar o poder sem dar um tiro¹⁹.” É importante lembrar que a ditadura nesse momento não era ainda escancarada (o AI5 foi em 68), no entanto podemos perceber que o combate aos monstros da Guerra Psicológica impelia à ação político-militar mais repressiva com relação à restrição das liberdades – na medida em que toda a crítica é considerada como uma ameaça de guerra.

A partir de 1969 as preocupações com a Guerra Psicológica somam-se às da guerrilha urbana e rural – é a chamada Guerra Revolucionária em sua totalidade. Diante disso, os militares no poder têm o fato político-militar que corrobora e pode intensificar a ação anticomunista no país. O Governo Médice teve no Ministro do Exército, General Orlando Geisel, a força militar capaz de responder às vicissitudes de um contexto conturbado de resistência política. Assim, completado trinta e cinco anos da Intentona Comunista, em 1970, o Ministro aponta o âmbito universal e a estratégia em tempo de paz da ação comunista, fomentando a vigilância total frente à ameaça vermelha e sublinhando a transhistoricidade do evento; assim, consoante o Ministro: “(...) Tenhamos sempre presente que as Forças Armadas, como guardiãs da Pátria, foram o alvo por ele escolhido em novembro de 1935 e continua sendo a coluna mestra que procurará derrubar para destruir o edifício da nacionalidade²⁰”.

Estrategicamente, a resignificação da Intentona Comunista de 35 reforçava a coesão política interna. A coesão se daria com a efetivação do profissionalismo militar – um aparato coercitivo despartidarizado – que se manifesta no enquadramento disciplinar. A

¹⁶ Idem p. 394.

¹⁷ Idem p.399.

¹⁸ Idem p. 414.

¹⁹ Idem p. 417.

²⁰ Idem p. 439.

idéia de um militar profissional e anti-comunista era o objetivo da instituição, posta em simetria. Para isso os investimentos na área militar eram *sine qua non* a fim de assegurar ao Regime Militar a estabilidade necessária à ordem política. A ação militar moderna depende da mobilização ideológica da tropa; assim, de acordo com o pronunciamento em 1973 do General Orlando Geisel é preciso que:

“(...) tenhamos sempre presente que a guerra moderna, com todo o poder das armas, é, sobretudo uma luta de forças morais, em que vencerá aquele que tiver mais fé em seus ideais. (...) Assim, é imperativo exercitar a coesão profissional, pela instrução, enquadramento e aperfeiçoamento da capacidade de comando em todos os escalões; e manter preparados os quadros e a tropa, pelo culto das virtudes militares e do espírito nacional²¹.”

Em 1975 o novo Ministro do Exército General Sylvio Coelho da Frota ainda enfatizava o discurso da Guerra Psicológica, ou seja, a ofensiva comunista contra a moral e a ordem política, numa ação subreptícia no âmago da consciência nacional. Por certo, era o único combate possível na medida em que o monstro armado não ameaçava mais a ruptura da ordem. Por essa forma, os Chefes Militares agora concentravam seus esforços na presença do monstro político nos meios de comunicação de massa – toda a carga contra o monstro comunista da informação – daí o tratamento dado aos jornalistas suspeitos de subversão ser equivalente ao dispensado aos comunistas armados. Efetivamente, a metamorfose do abjeto comunista o afasta da violência armada militar de 35, das agitações políticas de 64 e da guerrilha, para adotar a infiltração – assim, a ubiqüidade comunista é a tática importante denunciada pelos chefes militares – de tal forma que não há espaço salvo da pertença subversiva, pois consoante às palavras do General Sylvio Frota, os comunistas:

“(...) buscam infiltrar-se em quase todos os setores da vida pública brasileira para desmoralizar os postulados cristãos que adotamos e respeitamos, desagregar a nossa sociedade pela dissolução de sua moral e de seus costumes, quebrar nossa fé religiosa, desacreditar nossas instituições e solapar nosso desenvolvimento, no que lhes interessa. (...) Em 1935, atuou pela violência armada, em 1964, alimentou agitações e greves, na agonia de um governo fraco, finalmente, nos tempos atuais, adota a perigosa infiltração, para introduzir-se, sutilmente, em todos os campos das atividades humanas²².”

Em substantiva tensão político-militar, o Presidente Geisel exonerou, em outubro de 1977, por oposição política a seu governo, o Ministro do Exército General Sylvio Frota, sendo um teste importante para a confirmação da disciplina militar na caserna. O conflito político entre o Presidente e o Ministro tinha como ponto principal a abertura política, o General Sylvio Frota era peremptoriamente contrário à redemocratização, representava a linha dura, ou seja, militares que, muitas vezes, quebravam a hierarquia em nome do combate ao comunismo, nesse sentido eram mais anticomunistas do que profissionais. A crítica ao governo, em termos práticos, se deu com o afastamento do General Ednardo do comando do II Exército (após a morte, sob tortura no DOI-CODI, do operário Manuel Fiel Filho) o que, obviamente, descontentou a linha dura – liderada pelo General Sylvio Frota. A partir desse momento o Ministro do Exército, desrespeitando a hierarquia, trabalhava para ser candidato à presidência – utilizando sua posição privilegiada dentro da instituição. Foi, decisivamente, uma guerra política no interior da caserna; no entanto, Geisel se saiu vitorioso, pois isolou militarmente o General Sylvio Frota com a exoneração, passando a controlar diretamente os demais chefes militares, imobilizando, assim, qualquer resposta da linha dura (Esteves, 1999).

²¹ Idem p. 467.

²² Idem p.483.

Contudo, o novo Ministro do Exército, General Bethlem, não demonstra qualquer ruptura ideológica com o seu antecessor. Em pronunciamento reafirma a posição do General Sylvio Frota quando qualifica os comunistas de manipuladores da informação. Segundo ele: o que dizem são meias verdades, mentiras e calúnias a fim de provocarem “a cisão e lançarem a dúvida e o desânimo nos corações e nas mentes dos menos avisados²³”.

O ano de 1979 foi um ano importante, pois marca a intensificação da abertura política e uma relativização em torno do monstro político – agora sua extensão não é mais totalizante; a crítica política com o fim da censura não é mais confundida com a Guerra Psicológica. No entanto, a aceitação dessa transição foi um bravo teste à hierarquia militar, pois o comunismo como fato político-militar havia sido superado pelas representações do perigo vermelho – em face disso, o fantasma comunista ainda era mais real do que a própria realidade política nacional. De fato, o discurso do Ministro do Exército demonstra ainda a preocupação com os monstros comunistas; esse discurso sublinha uma posição que vai ser uma constante: a de que o monstro comunista é revanchista – aquele que não quer a conciliação –, o monstro político que não sabe conviver com as leis, pois quer subvertê-las, assim: “compreendam, no entanto, eles e os seus insanos sequazes – antes que se sintam tentados a uma nova aventura – que aqui encontrarão o Exército com as mesmas convicções de 1935 e 1964²⁴ (...)”.

Não obstante a efetiva abertura política no governo militar do Presidente General Figueiredo, as preocupações com relação à esquerda ainda persistiam. Contudo, o processo de monstrualização do outro (comunista) – que poderia se estender à oposição como um todo – foi, paulatinamente, perdendo força em virtude do contexto político interno e externo de abertura geral e de crítica a qualquer forma de autorita-

rismo. Em face disso, o monstro comunista, principalmente, depois da queda do muro de Berlim em 1991, passa a ser uma preocupação imaginária dos militares da reserva. *Grosso modo*, para os demais militares, a profissionalização e a carreira passam a ser os elementos centrais.

Considerações finais

É interessante notar a frequência da intersecção discursiva entre 35 e 64; a ameaça comunista foi a força motriz da ação político-militar, na medida em que o monstro comunista se desfazia no ar frente às práticas sociais modernas – o Exército perdia sua força política – era o tempo de retirar-se do poder político; o que aconteceu sem grandes conflitos graças à efetiva modernização do militar e sua crescente disciplinarização.

Assim, podemos observar que a ojeriza ao comunismo foi proporcional à quebra da hierarquia – de tal forma que os militares de 64 forjaram um militar mais militarizado, evitando assim a indisciplina política. Em face disso, a caserna, *grosso modo*, apresenta a efetivação da sociedade disciplinar – uma sociedade de corpos dóceis onde a política partidária não encontra morada.

O anticomunismo é visto como fanatismo religioso e o exemplo cabal é o esgotamento da memória de 35; as comemorações referentes ao evento, a partir do governo Collor, mostraram-se sem capacidade de mobilização, são “verdades” que não comovem mais.

É importante compreender que os monstros modernos se apresentam como metáforas de um processo político que traduz práticas de controle, sujeição dos corpos monstrualizados e até mesmo seu extermínio. O que corporifica o momento cultural de uma época, de um sentimento de exclusão e de um espaço que se busca purificar (Jeffrey J. Cohen, 2000). Dessa forma, compreendê-los como corpo anormal não é tudo; é preciso resgatar a historicidade do processo de monstrualização, de banalização moderna, para enfim mobilizar os documentos como monumentos de poder.

²³ Idem p.508.

²⁴ Idem p. 531

Referências bibliográficas

- CARVALHO, General Ferdinando. **Lembrai-vos de 35!** Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do Exército, 1981.
- CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2002.
- COHEN, Jeffrey J. **A Cultura dos Monstros: sete teses.** In: (Org.) SILVA, Tomaz Tadeu da. **A Pedagogia dos Monstros.** Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2000.
- ESTEVEVES, Diniz. **Ministros da Guerra e do Exército Brasileiro (1951 a 1999).** Brasília: Verano Editora, 1999.
- FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e Política, 1945-1964: a antecâmara do golpe.** In: (Org.) FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves. **O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais.** São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2001.
- HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, Ed. UNICAMP, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **Do Estado Novo à Ditadura Militar: memória de um soldado.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Teoria Cultural e educação: vocabulário crítico.** Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2000.
- SMALLMAN, Shawn C. **A Profissionalização da Violência Extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-1964).** IN: CASTRO, Celso e IZECKSOHN, Vitor e outros. **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.